

Acordo começa a ser assinado em novembro

José Varella/AE—3/3/93



Malan: assinatura em novembro

Governo deve notificar hoje o Senado sobre o início da coleta de assinaturas dos credores

PAULO SOTERO

Correspondente

WASHINGTON — O governo notificará hoje o Senado que está pronto para iniciar a coleta de assinatura dos credores internacionais do País para a formalização do acordo de redução e reestruturação da dívida externa. O presidente do Banco Central, Pe-



dro Malan, e o negociador da dívida, André Lara Resende, reuniram-se com o comitê de bancos em Nova York, na segunda-feira, e marcaram em princípio para meados de novembro a abertura dos contratos para a assinatura dos bancos. Eles não quiseram marcar uma data definitiva antes de consultar o Senado.

A crise política em Brasília pode, no entanto, retardar a notificação ao Senado. Ela ameaça, também, comprometer de vez a renegociação

da dívida se o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, deixar de ocupar rapidamente o espaço político que o novo escândalo abriu à sua frente e convencer os membros do desmoralizado Congresso a se redimir perante o País, apoiando um programa de ajuste fiscal e estabilização econômica.

Os representantes brasileiros reiteraram a posição do governo de só fechar o acordo com a adesão da família

Dart. Credores de aproximadamente 4% da dívida brasileira, eles optaram pelos bônus de capitalização e se recusam agora a reaplicar seus papéis (US\$ 1,4 bilhão em valor de face) segundo o esquema de "redistribuição" acordado

pelo comitê de bancos. "Se o acordo fosse fechado sem os Dart, eles passariam a deter 90% da dívida não renegociada e isso os deixaria em posição de buscar satisfação na justiça", disse ao

Estado uma alta fonte da equipe econômica. "Obviamente, não interessa ao País fechar um acordo nessas circunstâncias."

O governo e o comitê apostam que os Dart mudarão de posição quando constatarem que estão isolados. Isso acontecerá, calcula-se, no momento em que os credores que já aceitaram a redistribuição confirmarem sua escolha por escrito, assinando o acordo. O Departamento do Tesouro, que acompanha atentamente a questão, concorda com esse raciocínio. "Não creio que esse será um problema muito relevante", disse uma fonte oficial.

CRISE
POLÍTICA PODE
RETARDAR A
NOTIFICAÇÃO